

A LÓGICA NA QUEDA DOS JUROS

Gilmar Mendes Lourenço

Em consonância com as expectativas do mercado, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC) deliberou, no encontro de 19.10.2016, a redução de 0,25 pontos percentual na taxa básica de juros do País, conhecida como Selic (sigla para o sistema especial de liquidação e custódia), depois de transcorridos quatro anos, desde o último declínio, e quinze meses de estacionamento no elevado degrau de 14,25% ao ano.

A decisão da autoridade monetária constitui uma espécie de passo inicial no processo de abrandamento monetário que, se apoiado pela política fiscal, poderá ser intensificado ao longo de 2017, de modo a assegurar o erguimento de pilares consistentes para a retomada do crescimento econômico, absolutamente indispensável para a reversão curva recessiva e da deterioração do mercado de trabalho.

É impossível não enxergar que, apesar da contínua, ainda que moderada, renovação de esperanças no futuro, atestadas pela melhoria dos indicadores de confiança de empresários industriais e comerciais e de consumidores, mensurados por meio de pesquisas realizadas por entidades de classe, o lado real da economia ainda sangra.

Apenas a título de ilustração, não obstante o decréscimo no medo do desemprego e a subida da satisfação com a vida, apontados por sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e a elevação da intenção de consumo das famílias, entre julho e outubro de 2016, identificada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), a produção industrial e o volume de vendas do comércio e dos serviços ainda exibem rota cadente, em linha com a ascensão do desemprego e o encolhimento da renda média da população, apurados por pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nessas circunstâncias, a escolha pelo rompimento com o conservadorismo, passividade e, aparentemente, até insensibilidade diante da maior, em intensidade e duração, contração dos níveis de atividade da história da nação, repousa em fatores objetivos sintetizados no vislumbre da tendência de recuo das pressões inflacionárias, sobretudo daquelas produzidas por choques de oferta, particularmente dos preços dos alimentos, fortemente determinados pela dinâmica das safras agrícolas e da demanda internacional.

Em simultâneo, emerge os elementos ligados às expectativas menos desfavoráveis dos agentes em relação ao imprescindível ajuste das contas públicas, reforçadas com a aprovação, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados, do projeto que estabelece teto para a expansão dos dispêndios primários do executivo federal, conforme a inflação pretérita aferida pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), do IBGE.

Mais que isso, mesmo na dependência de duas votações no Senado, a tramitação da proposta já confere credibilidade, ao transmitir a mensagem de forte possibilidade de concretização das intenções de perseguição de equilíbrio orçamentário e, por extensão, eliminação dos focos inflacionários derivados da ausência de racionalidade na gestão dos haveres transferidos pela sociedade ao governo na forma de tributos.

*O corte na Selic pode sinalizar o
começo da liberação das amarras
financeiras que desestimulam
produção, investimento e consumo
no Brasil.*

Por certo, mesmo não constituindo a única fórmula para solução dos graves problemas que perturbam o funcionamento do aparelho de negócios brasileiro, o corte na Selic pode sinalizar o começo da liberação das amarras financeiras que desestimulam produção, investimento e consumo e o escape do roteiro tradicional, baseado no incentivo à alocação dos recursos excedentes das corporações em modalidades não operacionais, em detrimento das aplicações em ativos reais.

Porém, o esforço do BC só fará sentido se possuir a capacidade de contaminar as demais instâncias do Palácio do Planalto e do Legislativo, na direção do

encaminhamento, discussão e aprovação dos aprimoramentos institucionais, necessários ao estancamento dos enormes e crescentes desequilíbrios fiscais e financeiros do setor público e à compressão dos custos e à impulsão da produtividade da microeconomia brasileira, expressos em mudanças no arcabouço tributário, previdenciário, trabalhista, administrativo, financeiro e patrimonial.

Seria ocioso destacar a natureza fundamental da defesa ferrenha e implantação dessas medidas para a conquista da estabilidade inflacionária e o conjunto de benefícios a ela acoplados, principalmente a preservação do poder aquisitivo e das funções clássicas da moeda (unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento), a desindexação dos contratos, o rompimento dos mecanismos inerciais de reajustes de preços, a minimização das incertezas e o resgate estrutural da previsibilidade no cálculo econômico de empresas e consumidores.